Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___.
Cod. 4059

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200577-7
ECT/DR/RJ
CAPAX DEI EDIT. LTDA.

A ameaça da "agenda indigenista" no Brasil

Fevereiro de 2004

MSIa

Acervo ISA

A ameaça da "agenda indigenista" no Brasil

Os recentes conflitos envolvendo a delimitação de terras indígenas, principalmente em Roraima e no Mato Grosso do Sul, são resultados previsíveis e previstos da ação contínua de um aparato internacional de organizações não-governamentais (ONGs) que, desde a década de 1960, vem manipulando ativamente as questões referente aos povos indígenas e o meio ambiente para finalidades políticas espúrias. A presente escalada de ações desse aparato foi deflagrada em meados de 2003, quando os ambientalistas-indigenistas se convenceram de que, a despeito das afinidades idológicas com suas causas, o Governo Lula não vinha sendo o governo dos seus sonhos delirantes. Em particular, o aparato reclamava da demora na homologação de várias reservas indígenas e de Lula ter mantido a diretriz do Governo anterior, de submeter os processos ao Conselho de Segurança Nacional.

MSIa Publicado pelo MSIA – Movimento de Solidariedade Ibero-americana

Edição especial do jornal Solidariedade Ibero-americana
Directora: Silvia Palacios
Redator: Geraldo Luís Lino
Traduções: Yára Müller

Rio de Janeiro: Rua México, 31 s.202 – CEP 20031-144
telefax: + (21) 2532-4086; e-mail:
msia@mundivox.com.br
Porto Alegre: Caixa Postal 5035 – CEP 90041-970
telefax: + (51) 3331-6164

Em setembro, a recusa do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de nomear o indicado pelo aparato para a Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) motivou a divulgação de uma Carta Aberta anunciando a "ruptura" com o Governo Lula.

Em outubro, uma coalizão de 500 ONGs brasileiras e estrangeiras enviou a Lula outra Carta Aberta com um verdadeiro ultimato, exigindo mudanças imediatas na política socioambiental e ameaçando implicitamente que, caso não fossem atendidas, poderiam contribuir para desgastar a imagem do Governo "junto à opinião pública dentro e fora do país". Entre os aspectos criticados, destacavam-se ameaças à integridade de terras indígenas, a liberação da comercialização da safra de soja transgênica e a inclusão no Plano Plurianual (PPA) do Governo de diversas obras de infra-estrutura na Amazônia. Entre estes projetos, vitais para o desenvolvimento da região, incluem-se as usinas hidrelétricas de Belo Monte (rio Xingu), Jirau e Santo Antonio (rio Madeira), os gasodutos Coari-Manaus e Coari-Porto-Velho e o asfaltamento de várias rodovias, como a Cuiabá-Santarém (BR-163).

Ato contínuo, o aparato se lançou à ação, incitando grupos indígenas a uma série de ações ilegais, principalmente no

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, visivelmente inspiradas nas táticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): invasões de propriedades rurais, tomada de reféns, bloqueio de estradas etc.

No âmbito das ONGs e entre uma ativa corrente de antropólogos, aí incluídos muitos funcionários e administradores da FUNAI, a motivação para tais ações provém de uma visão peculiar dos povos indígenas, cujo objetivo não é a sua integração gradativa à sociedade brasileira, mas a sua "autonomia". É a chamada "antropologia da ação", oficializada na Declaração de Barbados para a Libertação dos Indígenas, de janeiro de 1971. Um de seus trechos afirma que "a antropologia atualmente requerida na América Latina não é a que trata os indígenas como meros objetos de estudo, mas aquela que os vê como um povo colonizado e que compromete-se com a luta para a sua libertação".

Nesse contexto, a manipulação das questões indígenas para obstaculizar projetos de desenvolvimento, como os de infra-estrutura, se encaixa perfeitamente nos objetivos do movimento ambientalista radical, movido pela idéia de que os requsitos do desenvolvimento humano devem subordinar-se a uma irracional exacerbação da proteção do meio ambiente. Assim, com freqüência os dois movimentos atuam em conjunto.

Por outro lado, para os círculos do *Establishment* oligárquico internacional, principalmente o seu componente anglo-americano, de onde provêm grande parte do financiamento e das diretrizes de atuação do aparato ambientalista-indigenista, tais ações desestabilizadoras se enquadram numa estratégia geral que inclui: **1.** a obstaculização do crescimento demográfico e o pleno progresso socio-econômico dos países em desenvolvimento, como o Brasil e seus vizinhos sul-americanos, atualmente empenhados num vigoroso esforço de integração regional, em grande medida para impedir que tais países explorem em benefício próprio os seus consideráveis recursos naturais; e **2.** a criação de estruturas supranacionais de "governança mundial", lesivas à plena soberania dos Estados nacionais e que os tornam suscetíveis e vulneráveis às pressões da opinião pública e de governos estrangeiros em assuntos que deveriam ser de sua competência exclusiva.

Entre as principais entidades criadas pela oligarquia para apoiar tais esforços, destaca-se o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que tem desempenhado uma ativa articulação com entidades brasileiras como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e suas ramificações.

Por trás da presente escalada de ações está a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), apoiada pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste (APOINME), Minas Gerais e Espírito Santo) e pelo Conselho de Caciques do Sul. A COIAB integra a Coordenação dos Indígenas da Bacia do Amazonas (COICA, sigla em espanhol), sediada em Quito, Equador. Por sua vez, esta última é controlada pela Amazon Alliance, de Washington, EUA, anteriormente denominada Coalition for the Amazonian Peoples and Their Environemnt (Coalizão para os Povos Amazônicos e seu Meio

Acervo ISA

Ambiente), cujos objetivos são claros desde a sua criação.

A Coalizão foi criada em 1990, em Iquitos, Peru, durante uma reunião entre a COICA e diversas ONGs do aparato ambientalista internacional para "defender a Amazônia". Segundo a Declaração de Iquitos, que formalizou o evento, a melhor forma de defender o meio ambiente amazônico é apoiar as reivindicações territoriais dos povos indígenas da região, pois estes acreditam que foram aí colocados para proteger a Mãe-Terra e necessitam manter estes territórios intactos para continuar a reproduzir suas culturas. Os "vilões" deste processo seriam as devastadoras obras de infra-estrutura, a exploração de matérias-primas, a agricultura moderna e a colonização conduzida pelos governos locais.

A Amazon Alliance congrega a nata das ONGs ambientalistas-indigenistas internacionais: World Resources Institute, National Wildlife Federation, Fundo Mundial para a Natureza (WWF), União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Friends of the Earth, Oxfam, Environmental Defense Fund, Cultural Survival e Conservation International. Entre as suas afiliadas brasileiras, encontram-se o Instituto Socioambiental (ISA), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a COIAB, a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), o Conselho Indigenista de Roraima (CIR) e o Conselho Nacional de Seringueiros.

A rede de interesses internacionais envolvidos no esquema pode ser avaliada pelos financiadores da COICA: entre outros, a Fundação Ford, WWF, UICN, Fundação Interamericana (órgão oficial do Governo dos EUA) e o Governo da Finlândia fizeram doações à entidade, no período 1992-97.

No Brasil, além de uma intensa atividade de "relações públicas", esse aparato tem promovido uma ativa aproximação com o Ministério Público – com a realização de palestras e seminários, o patrocínio de viagens de estudos no exterior e outras iniciativas –, a qual vem sendo especialmente bem sucedida em atrair as atenções deste aguerrido setor do Poder Judiciário para as campanhas ambientalistas e indigenistas. Em decorrência, um grande número de empreendimentos tem sido alvo de embargos judiciais em todo o País, não raro, com base em argumentos de pouco embasamento técnico ou científico.

O potencial de mobilização internacional e eventual desestabilização das questões indígenas na Ibero-América pode ser aquilatado em casos como a criação da gigantesca reserva ianomâmi transfronteiriça no Brasil e na Venezuela (qualificada neste país como "reserva da biosfera"), o levante "zapatista" no México – que criou um verdadeiro "estado dentro do Estado" – e, mais recentemente, a ativa participação de organizações indígenas nos levantes que derrubaram os governos do Equador (Jamil Mahuad) e Bolívia (Gonzalo Sánchez de Lozada). Neste último país, onde os indígenas representam mais de 60% da população, há um forte elemento separatista com a pretensão de criar uma "nação aimara", grupo étnico que também se encontra no Equador e no Chile. O fator transfronteiriço também está presente nas recentes invasões de fazendas em Mato Grosso do Sul por indígenas caiovás-guaranis, muitos deles vindos do Paraguai.

Para completar esse quadro explosivo, a América do Sul ainda se vê às voltas com entreveros políticos como a pretensão boliviana de retomar ao Chile o território perdido na Guerra do Pacífico de 1879-83, ou as insistentes (e não-comprovadas) denúncias dos EUA sobre atividades pró-terrorismo na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. Em tal contexto, uma escalada de ações agressivas envolvendo comunidades indígenas, eventualmente somando-se a ações semelhantes de grupos de "sem-terras", já organizados em países vizinhos ao Brasil, pode facilmente redundar num processo geral de desestabilização que representaria uma séria ameaça ao processo de integração regional em curso. No Brasil, cabe ressaltar que os conflitos em Mato Grosso do Sul e Roraima ocorrem em áreas historicamente "sensíveis", onde o País já enfrentou problemas de fronteira com os vizinhos, no caso, o Paraguai e a então Guiana Inglesa.

Por esses motivos, não devem ser subestimadas as advertências das autoridades militares sobre a ameaça à segurança nacional representada por impasses como o de Roraima, ocasionado pela insistência do aparato indigenista e da FUNAI em demarcar a reserva Raposa-Serra do Sol em área contínua – contrariando, inclusive, um grande número dos indígenas aí residentes.

A exploração política das questões indígenas continuará sendo um fator de perturbação enquanto a sociedade brasileira não se decidir a uma discussão aprofundada e amadurecida sobre o problema crucial do destino dos índios brasileiros. Em um País em que a miscigenação ocorreu em escala inigualada em qualquer parte do mundo (segundo pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, 28% dos brasileiros "brancos" descendem de índios pelo lado materno), é inadmissível que se continue a tratar os indígenas como seres inferiores destinados a permanecer segregados do restante da sociedade. O grande pioneiro da proteção oficial aos índios brasileiros e um dos seus maiores benfeitores, o marechal Cândido Rondon, era partidário da integração gradual dos silvícolas à civilização, sem que isto implicasse na perda total dos seus traços culturais. Suas idéias progressistas influenciaram toda uma geração de estudiosos dos problemas indígenas, embora essa orientação nunca tenha sido integrada em uma política de governo coerente, voltada para tal finalidade e de longo prazo. Com as devidas adaptações aos requisitos apresentados por povos de níveis culturais bastante diversos, é o espírito de Rondon, e não o de Barbados, que o Brasil precisa resgatar, para que possa vir a ser o primeiro país do mundo a solucionar efetivamente a integração dos indígenas ao mundo civilizado. Se este esforço não for encetado, correremos o risco permanente de ver os nossos índios servirem de massa de manobra para interesses alheios aos da Nação.

Acervo ISA

O levante dos guaranis-caiovás em MS

A invasão e ocupação de 14 fazendas produtivas em Iguatemi e Japorã, no sul do Mato Grosso do Sul, empreendida por cerca de 3 mil índios guaranis-caiovás desde meados de dezembro passado, representa possivelmente o mais grave dos conflitos fundiários dessa natureza que têm ocorrido no Estado, campeão brasileiro na modalidade. A gravidade da situação decorre não apenas das proporções atingidas e do alto risco de eclosão de confrontos letais entre "índios" e "brancos", mas também por ocorrer em uma faixa de fronteira que integra a região mais conflituosa de toda a história da América do Sul. Se esses fatores, por si só, fazem do conflito uma questão de segurança nacional, isto se torna ainda mais agudo quando se constata a presença de ONGs e "antropólogos da ação" catequizando índios guaranis e suas ramificações no Brasil e no Paraguai, para reconquistarem o seu *tekohá*, um conceito cultural sincrético muito mais abrangente que a simples possessão de uma área de terra, significando o lugar, o meio e o modo de ser guarani.

O conflito teve início em 17 de dezembro, quando cerca de 600 índios procedentes de várias aldeias bloquearam a rodovia que liga Japorã a Iguatemi, para forçar o governo a resolver as suas reivindicações fundiárias. Demonstrando que se tratava de uma operação planejada com rigor militar, em poucos dias, outros contingentes indígenas bem organizados passaram a invadir e ocupar sucessivamente as fazendas São Jorge, Guassori, Brasil II, Paloma, São José, Benedito Machado, Chaparral, Marçal, Zé Lago, São Sebastião, São Pedro e Remanso.

De pouco valeram a intervenção direta do governador Zeca do PT, que reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar do assunto, em 14 de janeiro, e a instrução de Lula ao presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Mércio Pereira Gomes, para encabeçar pessoalmente as negociações com os indígenas. Tampouco foi obedecida a determinação do juiz federal Odilon Oliveira para a reintegração de posse das fazendas até o dia 20 de janeiro. O procurador da República Ramiro Rockenbah da Silva entrou com recurso contra a decisão do juiz e a desembargadora Consuelo Yoshida, do Tribunal Regional Federal - 3ª. Região, suspendeu a reintegração de posse, determinando que a FUNAI e o Ministério Público Federal constituíssem oito comissões, formadas por até 20 índios, que deveriam permanecer na entrada de cada propriedade durante 20 dias e parar com a depredação dos imóveis. Ainda assim, os índios não atenderam à ordem judicial e continuaram a ocupação das fazendas, ao mesmo tempo em que se intensificavam as depredações das propriedades e surgiam denúncias que os índios estariam trocando gado por armas no Paraguai. Em entrevista publicada no jornal *O Estado de São Paulo* (27/01/04), o prefeito de Japorã, Sebastião Aparecido de Souza, conhecido na região como "defensor dos índios", advertiu que os cerca de 4 mil caiovás-guaranis - muitos vindos do Paraguai para "reforçar" as ocupações - pretendiam enfrentar quem for retirá-los, ameaçando deflagrar "o maior massacre de índios da história do Brasil".

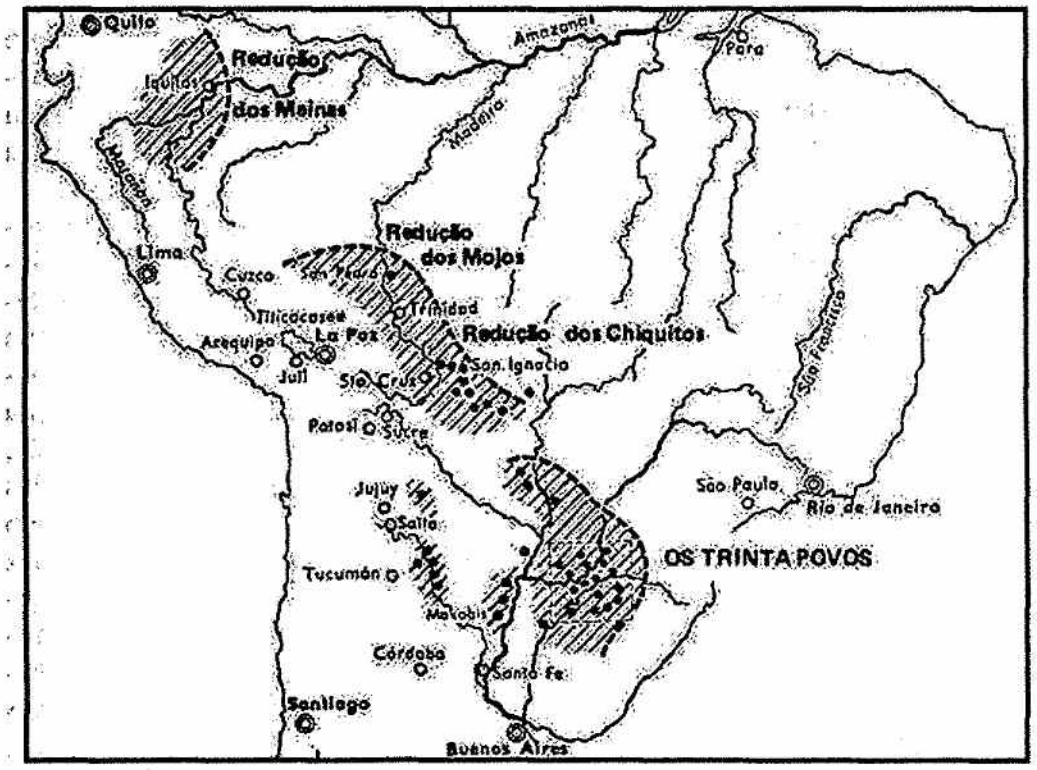
Uma das características da região sul do Mato Grosso do Sul – Estado que possui cerca de 700 km de fronteira seca com o Paraguai, é a massa flutuante de índios guaranis que perambulam entre o Brasil e o Paraguai. Em parte, essa massa flutuante de guaranis se originou da produção de erva-mate na região, explorada pela Companhia Matte Larangeiras, que chegou a controlar seis milhões de hectares de terras no início do século XX.

Já em 1941, em seu livro *Oeste*, fruto de uma inspeção militar que fez na época, Nelson Werneck Sodré advertia para o abandono da área e externava uma grande preocupação com a fragilidade estratégica daquela fronteira. Não obstante, até meados da década de 1970, não foram registrados grandes conflitos fundiários de origem indígena na região, mas, a partir de então, entram em cena os "antropólogos da ação" e ONGs como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). É dessa época a criação do Projeto Kaiowá-Ñandeva (PKN), do antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, um especialista em cultura guarani. Em 2001, Thomaz de Almeida publicou o livro *Do Desenvolvimento Comunitário à Mobilização Política* (Contracapa Livraria, Rio de Janeiro), uma síntese de sua tese de mestrado, publicada dez anos antes, onde narra com detalhes o processo que está implícito no título do livro. O PKN recebe recursos de ONGs européias e o próprio Thomaz de Almeida revela ter recebido fundos da Bröt für die Welt (Pão para o Mundo), ONG alemã vinculada ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), para suas pesquisas com os guaranis do Mato Grosso do Sul (ver *Quem é quem*). Uma de suas propostas previa o deslocamento de um pesquisador para demarcar o perfil situacional dos *tekohá* na região.

Tanto Thomaz de Almeida como o ítalo-argentino Fabio Mura, outro "antropólogo da ação", têm sido contratados pela FUNAI para fazer estudos e laudos antropológicos sobre terras supostamente pertencentes aos guaranis-caiovás na região. Tais estudos têm sido pagos com recursos externos, como, por exemplo, da UNESCO. Esta prática tem sido utilizada com freqüência por uma FUNAI carente de recursos, o que tem provocado a revolta de proprietários rurais, que protestam, corretamente, que os antropólogos acabam respondendo na prática aos interesses de entidades alienígenas. Como se sabe, os laudos antropológicos são os fundamentos de todos os processos de demarcação de reservas indígenas e, via de regra, são feitos por "antropólogos da ação", que costumam ampliar desmesuradamente a extensão das terras para os indígenas.

Por outro lado, a "antropologia da ação" – posta em prática a partir da

Acervo ISA



Localização e áreas de influência das missões (reduções) jesuíticas na América do Sul

Declaração de Barbados, em 1971 –, é também bastante ativa no Paraguai, onde o guarani é língua oficial e que somente na década de 1980 criou o Instituto Nacional do Indígena (INDI), entidade governamental similar à FUNAI. Um elemento fundamental para essa mudança radical de encarar a questão indígena no país vizinho tem sido o processo de resgate e supervalorização da cultura guarani, empreendido por círculos ligados à Universidade Católica de Assunção, adeptos da Teologia da Libertação, cujo expoente máximo é o padre Bartomeu Meliá.

Meliá é espanhol de nascimento e chegou ao Paraguai em 1954, quando iniciou seus estudos sobre a língua e a cultura guarani com o padre Antonio Guash. Doutorou-se em 1969 na Universidade de Estrasburgo, com a tese "A criação de uma linguagem cristã nas reduções dos guaranis no Paraguai". Ex-professor de etnografia e cultura guarani da Universidade Católica de Assunção, Meliá é também presidente do Centro de Estudos Antropológicos dessa universidade e foi diretor das revistas *Suplementos Antropológicos* e *Estudios Paraguayos* até 1976, quando foi obrigado a se retirar do país pelo governo Alfredo Stroessner. Veio, então, para o Brasil, onde contribuiu para trabalhos de campo sobre os indígenas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Meliá é considerado uma das maiores autoridades mundiais em cultura guarani e resgatou conceitos seculares, como a *tekòhá*.

É relevante mencionar que Thomaz de Almeida fez um "estágio" de três anos em Assunção.

As evidências sugerem que os mentores do indigenismo internacional e seus aliados estão promovendo a ressurgência de valores culturais e históricos que marcaram a região das Missões jesuíticas do século XVII, com o objetivo de criar focos de tensão em uma região de alta sensibilidade (ver *"Missões"*). Por exemplo, os atuais conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul estão ocorrendo numa área próxima à crítica Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Igualmente, a região se encontra sob a área de influência da delirante "República do Pontal", idealizada por dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), eufóricos com o precedente criado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) mexicano. Vale recordar que mais de um quarto da eletricidade do Brasil é produzida nessa região, com especial relevância para a hidrelétrica de Itaipu.

O traço de união de todos esses processos potencialmente desestabilizadores são as redes da Teologia da Libertação. No caso dos guaranis, como tais grupos costumam apresentar as Missões jesuíticas como exemplo de uma hipotética "república comunista cristã", não seria surpreendente que alguns deles estivessem considerando que tal substrato histórico possa servir de base para a criação de futuros enclaves étnicos naquela região estratégica. Assim, não surpreende que alguns índios que participaram das invasões em Mato Grosso do Sul, perguntados se vinham do Paraguai, responderam: "Não sou paraguaio nem brasileiro, sou índio guarani."

O antecedente "zapatista"

Desde sua origem, o chamado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) contou entre seus principais promotores e integrantes com elementos radicais da Companhia de Jesus, notórios manipuladores da luta de classes. Surgindo na Diocese de San Cristóbal, no Estado de Chiapas, sob o comando do bispo dom Samuel Ruiz, o EZLN foi criado com o apoio fundamental dos "catequistas" jesuítas daquela diocese. O Centro de Direitos Humanos Agustin Pro, criado pelos jesuítas, foi um dos principais "escudos" da cumplicidade em um sem número de delitos e crimes cometidos antes, durante e depois do levante "zapatista" de janeiro de 1994. Na tarefa, o Centro uniu esforços com com o Centro de Direitos Humanos Bartolomeu de las Casas, coordenado por Samuel Ruiz, para encobrir os movimentos militares dos "zapatistas", enqaunto acusavam as Forças Armadas mexicanas de cometer crimes contra os indígenas, grande parte das quais se revelaram acusações falsas.

Durante esse período, o Centro de Direitos Humanos Agustin Pro foi dirigido pelo padre jesuíta David Fernandez, mais tarde premiado pela ONG Human Rigth Watch, que tem entre os seus financiadores o megaespeculador George Soros, conhecido promotor da legalização das drogas.

Acervo ISA

O caso do reverendo Moon

Em meados da década de 1990, o coreano Sun Myung Moon, mais conhecido como reverendo Moon, instalou no Mato Grosso do Sul a Associação da Unificação da Família e pela Paz Mundial (AUFPM), e passou a adquirir grandes extensões de terras nos municípios de Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Miranda e Jardim, e do lado paraguaio da fronteira (no total, seriam 350 mil hectares de terras). Em dezembro de 2001, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul realizou uma audiência pública sobre o caso, na qual o ponto alto foi a intervenção do general Sérgio Ernesto Alves Conforto, então comandante do Comando Militar do Oeste (CMO), para quem as aquisições fundiárias de Moon representavam riscos para a soberania nacional.

Moon é um conhecido operativo de círculos ligados à inteligência estadunidense e, particularmente, dos interesses da família Bush. Em um discurso proferido em 18/08/2000, na sede das Nações Unidas, em Nova York, Moon foi claro com relação aos seus projetos na América do Sul, ao falar sobre o conflito entre o Norte e o Sul da Coréia:

"Espero que toda a zona desmilitarizada, demarcada militarmente ao longo de uma linha de 155 milhas, que corta a Península Coreana, possa ser transformada em uma zona de paz sob a jurisdição da ONU. Estou comprando aproximadamente 1,2 milhão de hectares de terras férteis no Mercosul, nos países da América do Sul, para ajudar a compensar países por alguma terra que eventualmente percam, como resultado do estabelecimento das zonas de paz da ONU. Na verdade, já notifiquei os líderes do Norte e do Sul para o uso deles... Como faço esta proposta publicamente, é minha fervorosa esperança que os líderes mundiais de boa vontade possam entender este propósito e unam-se comigo. Em particular, espero que eles se unam comigo, e por iniciativa própria, em doar suas terras e dinheiro para serem usados na criação de zonas de paz supervisionadas pela ONU."

Em função das intervenções, os projetos de Moon em Mato Grosso do Sul encontram-se semiparalisados.

Roraima se levanta contra demarcação contínua de Raposa-Serra do Sol

O anúncio feito em dezembro pelo ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos sobre a iminência da homologação da reserva indígena Raposa-Serra do Sol, no norte-nordeste de Roraima, em área contínua, provocou uma verdadeira insurreição popular no estado. O virtual levante ocorreu simultaneamente com a eclosão do escândalo do desvio de verbas federais para o pagamento de falsos funcionários públicos estaduais. Com isso, o estado vive um momento decisivo, em que os desdobramentos dos dois episódios serão determinantes para a sua existência como unidade viável da Federação brasileira.

Embora aparentemente desconectados, os dois casos estão ligados a um "vício de origem" que se manifesta desde a criação do estado. Isto ficou claro no *Manifesto pela Refundação de Roraima*, divulgado no início de janeiro por iniciativa do presidente da Federação de Comércio de Roraima, Airton Dias, e outras personalidades locais: "As fraudes com a folha de pagamento de falsos funcionários públicos foram facilitadas pelo erro de origem que criou um Estado incapaz de sustentar-se, a curto e médio prazos, pelos rendimentos físicos e tributários provenientes das atividades produtivas desenvolvidas em seu território – abrindo caminho para a disseminação de uma nefasta mentalidade de acomodação às 'mesadas' do Governo Federal, contrária ao espírito desbravador e empreendedor da maioria dos cidadãos de bem que escolheram construir aqui suas vidas, longe das áreas mais desenvolvidas da Nação."

"Semelhante mentalidade, que costuma opor pouca resistência às tentações da corrupção, se tornou ainda mais nociva no contexto da virtual 'esterilização' de mais de dois terços do território roraimense para qualquer tipo de atividade produtiva, por conta de uma equivocada e míope estrutura jurídico-fundiária que criou áreas de proteção ambiental e reservas indígenas de proporções reconhecidamente exageradas. Neste particular, é imperdoável que o clamor falsamente moralista e científico de uma pletora de Organizações Não-Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, além dos interesses escusos de governos estrangeiros, tenha sido colocado em plano superior ao dos interesses legítimos do povo do nosso Estado, inclusive dos povos indígenas, aos quais não pode ser negado o direito à plena integração à sociedade brasileira – como, felizmente, já entendem as lideranças indígenas mais esclarecidas", diz o manifesto, que resume concisa e precisamente o impasse em que vive o estado.

O desfecho do caso Raposa-Serra do Sol terá, igualmente, um grande sig-

Acervo ISA

nificado para definir a orientação preferencial que o Estado nacional brasileiro dará aos seus povos indígenas, no sentido de integrá-los gradativamente à civilização ou mantê-los em graus relativos de segregação. No estado, em que a maioria da população tem raízes indígenas, um processo de aculturação de grande parte dos silvícolas vem ocorrendo naturalmente há décadas, com muitos deles, inclusive, ocupando cargos na administração pública. Entre os aculturados, a maioria é contrária à demarcação da reserva em área contínua, como pretendem o Governo Federal e o aparato indigenista, preferindo a demarcação em "ilhas", o que possibilitaria a preservação dos dois municípios e das fazendas produtivas existentes na área delimitada, de 1,6 milhão de hectares.

Como tem sido uma constante nos casos envolvendo a demarcação de terras indígenas no Brasil, nas últimas décadas, o movimento indigenista internacional não tardou em se manifestar. Em 7 de janeiro, a ONG britânica Survival International, divulgou uma nota com uma ameaça aberta ao Governo brasileiro, sugerindo que o Governo britânico "está considerando cortar o seu financiamento para a proteção da floresta equatorial amazônica e seus povos tribais". Segundo o diretor da ONG, Stephen Corry, "as esperanças dos indígenas do Brasil foram frustradas em 2003. Para evitar mais violência em 2004, (o presidente) Lula tem que encarar os direitos fundiários dos indígenas seriamente, e começar homologando Raposa-Serra do Sol."

No mesmo tom, a nota reproduz as significativas declarações de um porta-voz do CIR, segundo o qual "a homologação da Raposa-Serra do Sol é o barômetro de medição da atitude do Governo Lula. Se ele agir agora, os indígenas em todo o Brasil tomarão isto como um sinal do compromisso do Governo em fazer valer os seus direitos". A nota prossegue afirmando que, a despeito das promessas de respeitar os direitos dos povos indígenas, o Governo Lula "tem presenciado um grande aumento da violência contra os índios, a falta de progresso em devolver-lhes suas terras, uma crescente militarização (sic) em áreas indígenas e ameaças à saúde dos indígenas".

Igualmente, na edição de 14 de janeiro, a revista *The Economist* dedicou ao assunto uma insidiosa reportagem, apresentando o problema de Roraima como uma inconciliável divisão de interesses entre índios e não-índios, ignorando, entre outros fatores, a grande miscigenação existente entre a população de Roraima. O tom da matéria foi dado pela descrição da capital Boa Vista, que, segundo a revista, tem "uma atmosfera étnica mais típica dos Balcãs do que do Brasil", na qual "brancos odeiam índios e estes aos brancos".

Uma explicação mais franca foi dada pelo secretário estadual de Assuntos Indígenas, Orlando Justino, ele próprio índio da etnia macuxi e favorável à demarcação da reserva em área continua. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, ele afirmou que as comunidades ligadas ao Conselho Indigenista de Roraima (CIR) e às ONGs "almejam grandes áreas de terras para produzirem alimentos apenas para consumo próprio, (mas) cerca de 55% dos indígenas dessa área já estão integrados à sociedade e querem produzir excedentes para comercialização e para a aquisição de bens de consumo". As divergências culturais também se manifestam nos índices demográficos. As comunidades ligadas ao CIR apresentam algumas povoações com apenas três famílias, enquanto as já integradas à sociedade chegam a formar vilas com mais de 800 habitantes, com é o caso da maloca da Raposa, que apresenta uma taxa de 33 nascimentos anuais. "Enquanto a preocupação do Conselho é pulverizar a população indígena para ganhar mais terra, a maioria dos índios da região quer produzir mais para viver melhor", explicou ele.

A descrição do secretário Justino remete ao cerne da questão indigenista e ambientalista, que é a manipulação política destes temas pela oligarquia internacional. Para estes círculos, o movimento indigenista-ambientalista representa um disfarce atual para interesses velhos de séculos.

Já no final do século XVI, o ouvidor Sampaio chamava a atenção para a importância da "ilha" delimitada pelo oceano Atlântico, o rio Orenoco, o canal Cassiquiare, o rio Negro e o rio Amazonas. À época, difundiu-se que o Eldorado, região mitológica onde o ouro existiria em abundância, localizava-se exatamente nesta ilha, para onde dirigiram-se levas de aventureiros e conquistadores franceses, ingleses e holandeses, além dos portugueses e espanhóis. O que então se chamava "ilha Guiana" compreende atualmente territórios de quatro países - Venezuela, Guiana (ex-Guiana Inglesa), Suriname (ex-Guiana Holandesa) e Brasil (Amapá, Roraima e parte do Amazonas) – e a Guiana Francesa, com uma superfície de 1,7 milhão de quilômetros quadrados e uma população de cerca de 5 milhões de habitantes. O Estado de Roraima ocupa o centro dessa "ilha" e, apesar da inexistência do Eldorado sonhado pelos antigos aventureiros, a região dispõe de vastos

Nos recentes protestos em Roraima, manifestantes bloquearam os acessos rodoviários a Boa Vista

Acervo ISA

recursos naturais ainda inexplorados. A dominação da "ilha Guiana" era um objetivo das companhias coloniais européias desde o principio do século 17, o qual foi parcialmente conseguido com o estabelecimento das colônias britânica, holandesa e francesa nas Guianas.

O Estado de Roraima tem sido um objetivo preferencial dessa estratégia oligárquica. Uma demonstração evidente dessa "má-vontade" foi proporcionada pelo Dr. Stephen Schwarzman, do Environmental Defense Fund e fundador do Instituto Socioambiental (ISA), um dos mais influentes integrantes do "exército irregular" de ONGs que intervém na região. Escrevendo sobre o estado no relatório *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*, publicado em 2000 pela ONG Rede Brasil, ele criticou veementemente "o imenso emaranhado de transferências, subsídios e políticas federais que subvencionaram e incentivaram o processo da ocupação desordenada da Amazônia". Segundo ele, "considerando a atitude da classe política de Roraima para com as terras indígenas do estado, o povo brasileiro está pagando pelo esbulho do seu próprio patrimônio. E cabe ressaltar que esta é a estrutura político-econômica da Amazônia como um todo".

A utilização da "carta indígena" no estado vem da década de 1960, quando se iniciaram os esforços para a criação da reserva ianomâmi, encabeçados pela ONG britânica Survival International. Em todo o processo que levou à homologação da reserva, em dezembro de 1991, as pressões internacionais estiveram presentes (ver "Como a Casa de Windsor criou a reserva ianomâmi").

Em agosto de 1993, as articulações internacionais se manifestaram na enxurrada de protestos ao Governo brasileiro, por ocasião da morte de indígenas ianomâmis em confrontos com garimpeiros, no episódio que ficou conhecido como "Massacre do Haximu". Embora os relatos da mídia brasileira e estrangeira tenham chegado a falar em mais de 130 mortos, o número de vítimas indígenas foi "oficialmente" estabelecido em 16, mas nem mesmo estes puderam ser comprovados, pois as únicas evidências fornecidas pelos ianomâmis foram algumas poucas cabaças com cinzas dos supostos mortos. Ainda assim, mais tarde, a Justiça Federal de Roraima condenou seis garimpeiros envolvidos no caso pelo crime de "genocídio".

Em dezembro de 1998, o então ministro da Justiça Renan Calheiros assinou a Portaria 820, reconhecendo a região de Raposa-Serra do Sol como terra de ocupação tradicional dos povos ingaricó, macuxi, wapixana e taurepang, ficando a homologação definitiva da reserva pendente da conclusão dos trabalhos de delimitação pela FUNAI. Somada à reserva ianomâmi, a delimitação da Raposa-Serra do Sol como pretendido pelas redes indigenistas significaria que a maior parte da área fronteiriça com a Venezuela, Guiana e Suriname ficaria "esterilizada" para a ocupação e atividades econômicas tradicionais, situação agravada pela presença de reservas ambientais e indígenas contíguas naqueles países.

Em 1999, a Assembléia Legislativa estadual instalou a chamada CPI da Terra, para estabelecer a real situação fundiária do estado. Nas investigações, veio à luz a atuação da Associação Amazônia, ONG que funciona como enlace de intrincados interesses ligados ao aparato ambientalista-indigenista internacional. Na ocasião, a força política do aparato ficou demonstrada pelas pressões de entidades internacionais sobre as autoridades estaduais e federais, com o objetivo de desviar a atenção da CPI da Associação Amazônia. A campanha resultou de uma demanda do diretor da Associação, o britânico Christopher Clark, em uma reunião do European Working Group on Amazonia (EWGA – Grupo Europeu de Trabalho da Amazônia), em Amsterdã, Holanda, em 28 de maio de 1999. O EWGA é integrado por inúmeras ONGs ambientalistas e representantes de vários governos de países amazônicos, coordenados pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Em resposta, em meados de agosto de 1999, aportaram em Boa Vista dois altos emissários do Governo britânico, o secretário do Ministério da Relações Exteriores Paul Taylor e o secretário da embaixada britânica no Brasil, John Pearson, para visitar a reserva indígena Raposa-Serra do Sol, "conhecer de perto a realidade indígena" e conversar com lideranças ligadas à questão indígena. A visita causou um grande escândalo em Roraima, em especial pelo fato de os diplomatas terem sido "convidados" pelo CIR.

Em fevereiro de 2000, pela primeira vez, diversos setores da sociedade de Roraima se insurgiram contra as manipulações indigenistas no estado. A causa foi a tentativa da FUNAI de demarcar, para apenas 30 indígenas, uma área de 1.000 km² no nordeste do estado, a chamada Maloca do Anaro, região ocupada por 32 fazendas e onde indígenas e "brancos" têm convivido pacificamente há décadas. Diante de uma virtual rebelião dos roraimenses, o então presidente da FUNAI, Carlos Frederico Marés, fundador e ex-presidente do Instituto Socioambiental (ISA), teve que viajar às pressas a Boa Vista, onde enfrentou manifestações que reuniram milhares de pessoas, inclusive muitos indígenas, numa impressionante demonstração de unidade de propósitos da sociedade local. Significativamente, os manifestantes demonstravam um bom conhecimento dos bastidores políticos da questão indígena, portando faixas com dizeres como "Fora Marés, agente das ONGs e do FMI". Outras faixas, levadas por indígenas, diziam: "Não somos bichos. Somos seres humanos."; ou "Não queremos viver em zoológicos humanos."

Ao mesmo tempo, um conjunto de entidades empresariais do estado divulgava um *Manifesto em Defesa do Estado de Roraima e da Soberania Brasileira*, o qual qualificava ONGs como o ISA e o CIR como "um exército invasor". Segundo o texto, "as intenções manifestas de proteção ao meio ambiente ou às populações indígenas são atos da mais ostensiva hipocrisia, que buscam condenar a já sofrida população indígena dentro de cruéis e enormes zoológicos humanos, separados do mundo e perdidos na selva, morrendo de inanição ou enfermidades endêmicas, tal como vem acontecendo com os ianomâmis".

Na oportunidade, o *Manifesto* apontava o dilema do estado: "Ante este quadro, urge que o Estado de Roraima defina as áreas nas quais a sua população possa desenvolver as atividades econômicas e sociais que garantam a sua sobrevivência digna e seu desenvolvimento. Este, aliás, é o anseio das próprias populações indígenas, que

Acervo ISA

clamam como cidadãos brasileiros poder progredir como verdadeiros seres humanos."

Diante das pressões, Marés se viu obrigado a recuar da delimitação no Anaro, mas, com a arrogância de quem se sabia apoiado por poderosas forças políticas, proclamou que a delimitação da reserva Raposa-Serra do Sol seria feita em área contínua, e não em "ilhas": "Se o estado não quer, é um problema estabelecido. Não é porque ele não quer que não vai demarcar." Segundo ele, "Roraima tem que conviver com a realidade, que é uma realidade de terras indígenas, de populações indígenas".

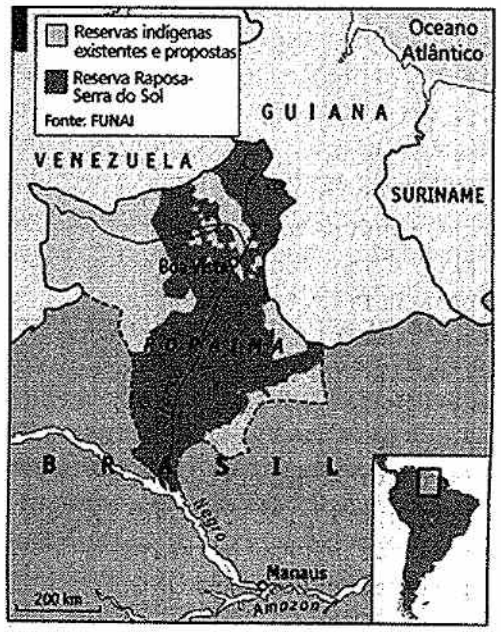
Numa entrevista publicada na *Folha de S. Paulo* de 4 de fevereiro, Marés explicitou a orientação segregacionista do aparato indigenista, afirmando que "quanto mais tempo os povos indígenas que estão isolados permanecerem nesta condição, melhor. Deve-se evitar ao máximo o problema de consumo entre as sociedades indígenas e incentivar a preservação ambiental".

A tendenciosidade da política da FUNAI ficou mais uma vez demonstrada durante as recentes manifestações de indígenas roraimenses contrários à demarcação em área contínua, que invadiram a sede do órgão em Boa Vista para protestar. Na ocasião, segundo o jornal *Brasil Norte*, o presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes, ouviu por telefone do tuxaua macuxi Abel Barbosa que os mais de 500 índios de sua comunidade não concordam com a demarcação contínua."Eu disse a ele que isso vai gerar conflito entre etnias, pois estão nos tratando como animais", reclamou. Barbosa afirmou que o antropólogo Gomes se mostrou "surpreso" e alegou pensar que todos os indígenas eram favoráveis à homologação em área contínua. Outro líder indígena, Gilberto Macuxi, comentou que a "surpresa" resulta do fato de que "os representantes (do Governo Federal) só ouvem o CIR, que apenas os levam à maloca Maturuca (cujos líderes são favoráveis à delimitação contínua). Não queremos ficar isolados. Exigimos a saída das ONGs da reserva e a troca do administrador da FUNAI".

Outro líder indígena, Silvestre Leocádio, fez coro com os produtores agrícolas que terão que ser retirados da reserva, dizendo ao jornal *O Estado de S. Paulo* que se houvesse interesse em atender às comunidades, o governo teria enviado ao estado o Grupo de Trabalho Interministerial criado no ano passado para estudar esse caso específico.

Na *Folha de S. Paulo*, o líder macuxi Jonas Marcolino, presidente da Sociedade Organizada de Roraima, diz que sua entidade é contrária à demarcação contínua

Roraima e suas reservas indígenas (*The Economist*)



da reserva, pois ela "causaria um isolamento das populações indígenas que estão dentro dessa área". No mesmo jornal, o presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, Paulo César Quartieiro, disse que "o Estado de Roraima está sem auxílio do Governo Federal. Agricultores estão sendo expulsos de suas terras em favor de uma política indigenista fora da realidade do nosso Estado".

Diante desses fatos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus principais assessores devem atentar seriamente para os riscos de continuar fazendo concessões a uma agenda indigenista-ambientalista de orientação externa e que está acarretando sérios prejuízos ao País, além de apresentar um elevado potencial desestabilizador, como se percebe em Roraima.

Como se inventam territórios indígenas

Em agosto de 1999, em depoimento à Procuradoria Geral do Estado de Roraima, o oficial reformado da Força Aérea Brasileira (FAB) Arnaulf Bantel fez uma grave denúncia sobre os critérios da FUNAI para justificar a delimitação de grandes territórios para reservas indígenas. Na ocasião, o órgão pretendia ampliar a reserva waiwai, no Sudeste do Estado, dos 330 mil hectares originais para 450 mil hectares, com a habitual justificativa de que os ndios habitavam a região desde "tempos imemoriais". Segundo Bantel, os "tempos imemoriais" dos wai-wai em Roraima não vão além da década de 1960, quando eles foram trazidos da então Guiana Inglesa em uma ação humanitária do Governo brasileiro para evitar o seu massacre por parte dos índios tiriós, que habitavam o Sul do Suriname.

Bantel foi um dos pilotos da FAB designados para a chamada Operação Mapuera, com a missão de abrir pistas de pouso ao longo da fronteira Brasil-Guiana, na região do rio Anauá, onde os wai-wai habitam atualmente. Na Guiana, os wai-wai contavam com a assistência de missões evangélicas estadunidenses, então ameaçadas de expulsão do país. Segundo ele, "na briga pela demarcação da área pretendida, a FUNAI afirma em seus relatórios que os wai-wai habitam a região do rio Anauá desde tempos imemoriais. Mas, na verdade, (eles) começaram a chegar a partir de 1963, trazidos pelos missionários, em conseqüência da Operação Mapuera."

Mais recentemente, segundo a *Folha de Boa Vista* (29/01/2004), tuxauas das comunidades guianenses Kato Village, Kurukabaru e Paramakutoi acusaram representantes do CIR de visitar suas comunidades sem o consentimento das lideranças locais e de ter anotado, fraudulentamente, os nomes dos membros das comunidades, como se todos estivessem apoiando a homologação da reserva Raposa-Serra do Sol em área contínua.

Por outro lado, também existem denúncias de que o CIR estaria promovendo uma "multiplicação de malocas", por meio de subdivisões de malocas maiores em várias menores, aumentando artificialmente o "número" de malocas favoráveis às propostas defendidas pela ONG.

Acervo ISA

Como a Casa de Windsor criou a reserva ianomâmi

Quando raras pessoas no mundo haviam ouvido falar nos ianomâmis, que se auto-exterminavam em violentas pugnas intertribais e praticavam comumente o canibalismo e a eutanásia, Robin Hanbury-Tenison, presidente da Survival International, braço "humano" do WWF, empreendeu na decada de 1960 viagens exploratórias à América do Sul, cujos roteiros coincidiram com os eixos naturais de integração do subcontinente. Em seu livro *Worlds Apart* (Mundos separados), o próprio Hanbury-Tenison narra que a decisão para criar a reserva ianomâmi foi tomada em uma reunião realizada no Palácio de Buckingham, no final da década, entre o príncipe Philip, a rainha Elizabeth II e ele próprio, que acabara de apresentar ao casal real um relatório verbal de sua expedição.

Passada a fase exploratória inicial, quando foram "descobertos" os ianomâmis, a Survival International resolveu "nacionalizar" a campanha, depois que o Governo brasileiro expulsou do país a sua equipe, encabeçada por Kenneth Taylor e pelo antropólogo francês Bruce Albert, em 1976. Para este propósito, em 1978, Bruce Albert participou da criação da Comissão para a Criação do Parque Yanomâmi, que começou a atuar como a conexão brasileira do lobby oligárquico britânico, convertendo-se em sua principal propagandista frente ao Governo, Congresso e grupos privados brasileiros. Iniciaram-se então diversas campanhas internacionais de pressão, que incluíram ações legais contra o Brasil na ONU, na OEA e na Organização Internacional do Trabalho, além de uma insidiosa propaganda para apontar o país como algoz de povos indígenas. Esta etapa terminou com êxito em 1985, com o projeto de lei elaborado pelo falecido senador Severo Gomes em favor do Parque Ianomâmi.

Em 1989, o líder ianomâmi Davi Kopenawa recebeu o Prêmio Global 500 da ONU e foi levado pela Survival International para uma viagem pela Europa, a qual recebeu grande publicidade internacional.

Em abril de 1991, o príncipe Charles empreendeu uma visita ao Brasil, quando promoveu um seminário de dois dias a bordo do iate real *Brittannia*, ancorado *sintomaticamente* no rio Amazonas, do qual participaram David Triper, ministro de Meio Ambiente da Inglaterra, William Reilly, diretor da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, Carlo Ripa di Meana, coordenador do Meio Ambiente da Comunidade Européia e Robert Horton, presidente da British Petroleum. Tanto o presidente Fernando Collor de Mello como o seu secretário do Meio Ambiente José Lutzenberger estiverem entre os presentes. Na ocasião, Charles levantou a questão da reserva ianomâmi.

Em junho, em uma manobra que contribuiu para aumentar as pressões sobre o Brasil, o presidente venezuelano, Carlos Andrés Peres (que, como Collor, foi posteriormente afastado da presidência por envolvimento em esquemas de corrupção) assinou um decreto determinando a criação da Reserva da Biosfera Alto Orenoco, na qual incluiu uma reserva para os ianomâmis. No mesmo mês, Collor visitou Washington, onde o presidente George Bush entregou-lhe uma carta assinada por oito senadores estadunidenses, entre eles o futuro vice-presidente Al Gore Jr., pedindo que Bush pressionasses seu colega brasileiro para acelerar a delimitação da reserva ianomâmi no lado brasileiro. Em outubro, Henner Ehringhaus, diretor do WWF, e o deputado estadunidense John Battle se reuniram com Collor com a mesma finalidade. Finalmente, em 15 de novembro, o ministro da Justiça Jarbas Passarinho assinou a Portaria 580, oficializando a imensa reserva ianomâmi, com 9 milhões de hectares, contígua à reserva venezuelana.

O indigenismo na Constituição

Se há um campo onde o indigenismo tem alcançado grandes progressos, este é, inegavelmente, o jurídico, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Tal sucesso não teria sido possível sem a dinâmica, mas pouco percebida atuação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI e entidades sob sua influência, que, por meio de suas extensões no Brasil, montaram um eficiente lobby internacional para pressionar os constituintes de 1987 para a adoção do conceito "autonomista" para os indígenas brasileiros, em oposição ao conceito "integracionista" até então prevalecente.

Em agosto de 1987, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) apresentou uma proposta de emenda popular com a qual tentou introduzir na nova Constituição o conceito de "plurinacionalidade", pelo qual os indígenas brasileiros passariam a ter dupla nacionalidade, a brasileira e a de seu povo. O primeiro artigo da emenda sentenciava que "o Brasil é uma República

Acervo ISA

federativa e plurinacional". O segundo dizia: "Os membros das Nações Indígenas possuem nacionalidades próprias, distintas entre si e da nacionalidade brasileira, sem prejuízo da sua cidadania brasileira." Outros artigos estabeleciam que os recursos naturais do solo, subsolo e dos cursos d'água localizados nos territórios indígenas seriam bens das "nações" indígenas.

A proposta foi rejeitada, mas as ações do lobby indigenista conseguiram que a Assembléia Constituinte, além de adotar o conceito "autonomista", reconhecesse também o conceito de "originalidade" dos direitos dos índios em relação às terras que tradicionalmente ocupam, ou seja, que tais direitos não decorrem de um ato de outorga do Estado, mas das circunstâncias históricas de ocupação original e utilização ancestral. Um dos grandes problemas interpretativos está nesse "tradicionalmente", que aparece no parágrafo 11 do artigo 20 da Constituição Federal, o qual declara que são bens da União "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios". A palavra se encontra, também, no parágrafo 1° ("São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas..."), e no parágrafo 2° do artigo 231 ("As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente."). *O sentido jurídico da palavra* "tradicionalmente" significa "de modo contínuo e permanente". Porém, os antropólogos e indigenistas apóiam-se no conceito da tradição oral, baseando-se naquilo que os índios afirmam e alegando que essa é sua maneira de registrar seu passado. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), quando quer fazer reverter terras particulares para a sua administração e domínio da União, tem usado como argumento o fato de que as áreas reclamadas foram, ainda que em passado longínquo, habitadas por silvícolas.

Além disso, a Constituição Federal estabeleceu que o Ministério Público Federal (MPF) deve defender os direitos dos indígenas perante os tribunais, e que os grupos indígenas podem, por si mesmos, promover ações judiciais. Além de instalar inquéritos civis para apurar violações dos direitos indígenas, o MPF passou a atuar em vários processos movidos contra os índios, particularmente no Mato Grosso do Sul. Com relação às ações judiciais movidas pelos próprios índios e ONGs, o MPF, via de regra, tem manifestado um aberto nominalismo jurídico, que se reflete num respaldo acrítico e total às demandas indígenas em seus pareceres. Sintomaticamente, a 6ª Câmara do MPF, que cuida das questões indígenas, já em sua primeira reunião, deliberou que seu relacionamento com os "organismos não-governamentais será o mais amplo possível, de modo a manter sempre o canal de comunicação com a sociedade civil organizada".

Quem é quem no aparato indigenista

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

O CIMI foi fundado em 1972, como braço militante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a questão indígena. Dois anos depois, iniciou uma série de "assembléias indígenas" para conscientizá-los de seus direitos. Em 1980, um grupo de indígenas organizados pelo CIMI fundou a União das Nações Indígenas (UNI) para promover a autonomia e a autodeterminação dos indígenas brasileiros.

Desde a sua criação, o CIMI tem estado profundamente envolvido em praticamente todas as iniciativas do *Establishment* oligárquico para fomentar o "indigenismo" no Brasil. Nos primeiros meses de 2000, o CIMI foi abertamente acusado por entidades indígenas de Roraima de fomentar dissenções e violência entre as comunidades indígenas do Estado.

É difícil determinar as fontes patrocinadoras do CIMI. Sabe-se que várias ONGs vinculadas ao Conselho Mundial de Igrejas e que atuam no Brasil prestam "ajuda" a algumas operações do CIMI. Dentre estas ONGs destacam-se a Christian Aid e a ICCO. Entre 1992 e 1994, o CIMI recebeu 85.000 dólares da Fundação Nacional para a Democracia (NED) dos EUA, para "ajudar a fortalecer organizações independentes e assistir comunidades indígenas para defender seus direitos em meio a uma atmosfera violenta e discriminatória" (a NED é uma organização mantida pelo Governo dos EUA e dirigida pelo Congresso deste país, cujo objetivo é fomentar a agenda neoliberal em todo o mundo; sua existência veio à luz por ocasião do escândalo Irã-Contras, operações triangulares que envolveram trocas de armamentos por drogas com os rebeldes anti-sandinistas "Contras" da Nicarágua).

Instituto Socioambiental (ISA)

O Instituto Socioambiental (ISA) é o sucessor do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), desmembrado em 1994. Atualmente, é uma das mais ativas ONGs brasileiras, destacando-se em ações envolvendo questões indígenas, especialmente a manipulação de tais temas para obstaculizar os projetos hidroviários em curso no País.

Os vínculos do ISA com o aparato ambientalista internacional podem ser constatados na lista dos seus membros fundadores, que inclui:

• *Barbara Bramble*: diretora de Projetos Internacionais da National Wildlife Federation (NWF), ativa participante da campanha contra o Projeto Polonoroeste e do "Projeto Chico Mendes", na década de 80.

Acervo ISA

• *Stephen Schwartzman*: ativista do Environmental Defense Fund (EDF) nos anos 80, integrante da mesma rede. Trabalhou concomitantemente no INESC, no desenvolvimento de laços entre ONGs estadunidenses e brasileiras. Foi também o elo de ligação entre o CEDI e o EDF.

• *Willem Pieter Groeneveld*: holandês radicado em Rondônia, organizou os seringueiros de Rondônia em nome do capítulo canadense da Cultural Survival (CS). Fundou, com o suporte financeiro do Friends of the Earth da Suécia, o Instituto para a Pré-História, Antropologia e Ecologia (IPHAE), sediado em Porto Velho. Recebeu ajuda financeira da Canadian International Development Agency (CIDA) para atuar na conferência Rio-92 e atuou como consultor da embaixada do Canadá no Brasil para selecionar ONGs brasileiras que pudessem receber auxílio financeiro da CIDA. Foi, além disto, consultor da empresa canadense Brascan.

• *Tony Gross*: agente da Oxfam no Brasil, trabalhou junto ao CEDI.

• *Jason Clay*: diretor da Cultural Survival (CS). Defende o "nacionalismo étnico" contra o Estado nacional. Também foi consultor da CIDA no Brasil.

A figura-chave para a "decolagem" do ISA foi Márcio Santilli, egresso do CEDI e também fundador do NDI. Santilli, que é formado em filosofia, foi deputado federal por São Paulo (1982-86) e presidente da Funai. Durante o seu mandato parlamentar, presidiu a Comissão do Índio na Câmara dos Deputados e foi o responsável pela coordenação da ação do aparato indigenista na tentativa de influenciar a Assembléia Constituinte de 1987-88 para implementar o conceito de "plurinacionalidade" no Brasil. Santilli é ex-treinando do programa de lideranças ambientais da agência estadunidense USAID.

Os projetos do ISA têm recebido o apoio de diversas entidades internacionais. Entre elas, destacam-se: ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento - Holanda); Fafo (Programa Norueguês para Povos Indígenas); Comunidade Européia; Fundação Ford; RFN (Rainforest International Norway – Noruega); Rainforest Foundation International; e IIZ (Instituto para a Cooperação Internacional /Campanha Aliança pelo Clima - Áustria).

Conselho Mundial de Igrejas (CMI)

Atualmente sediado na Suíça, o CMI foi fundado em 1937, em um seminário realizado na Universidade de Oxford, Inglaterra, do qual participaram representantes da nata do *Establishment* anglo-americano. Um deles foi lorde Lothian, que deu o tom da entidade ao palestrar sobre a "Influência Demoníaca da Soberania Nacional". O CMI é integrado pela Igreja Anglicana, cujo chefe é o monarca da Grã-Bretanha, e outras igrejas protestantes. A Igreja Católica, apesar de não integrá-lo, envia representantes às suas reuniões.

O CMI e sua rede de ONGs associadas têm financiado ativamente o aparato internacional de "direitos humanos" e, igualmente, tem apoiado ativamente levantamentos separatistas, como o do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em Chiapas, México.

Uma das funções do CMI é coordenar mundialmente as ações dos seguidores da Teologia da Libertação, que propõe igrejas autóctones indígenas (pagãs). Em junho de 1997, o papel desestabilizador do CMI foi denunciado pelo cardeal Joseph Ratzinger, presidente da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano, ao afirmar que "grande parte dos bispos católicos da América Latina se lamentam comigo do fato de que o Conselho Ecumênico de Igrejas (outra denominação do CMI - n.a.) tem dado uma grande ajuda aos movimentos de subversão, uma ajuda que talvez tivesse boas intenções, mas que acabou sendo bastante danosa para o Evangelho".

Mais recentemente, o CMI tem sido um dos mentores da campanha internacional de desarmamento civil, tendo sido um dos fundadores da Rede de Ação Internacional de Armas Pequenas (IANSA), entidade criada em Haia, Holanda, em maio de 1999, para coordenar a campanha em âmbito mundial.

No Brasil, o CMI tem participado ativamente do movimento indigenista, por intermédio de seu apoio à criação do CEDI e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (ver referência). Na campanha pró-desarmamento, seu principal parceiro é o Movimento Viva Rio.

As seguintes organizações atuam na órbita do CMI:

• Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO):

Sediada na Holanda e mantida por igrejas protestantes européias. Em 1994, seu orçamento anual era de 86,5 milhões de dólares, dos quais 8,1 milhões de dólares foram repassados a ONGs brasileiras. Seus temas prioritários são desenvolvimento rural sustentável, direitos humanos e ambientalismo.

• Brot für die Welt (Pão para o Mundo):

Pertencente à Igreja Evangélica na Alemanha. Em 1994, tinha uma receita anual de 100 milhões de dólares, tendo feito doações de 4 milhões de dólares a ONGs brasileiras. Atua basicamente junto a ONGs ligadas a pequenos produtores rurais, povos indígenas, o MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Uma de suas atividades no Brasil inclui o que denomina "Diálogo Grande Carajás".

• Christian Aid:

Baseada em Londres, é mantida por igrejas protestantes européias. Em 1994, seu orçamento anual era de 75 milhões de dólares, tendo feito doações de 2,2 milhões de dólares a organizações brasileiras.

Survival International

A Survival International (SI) funciona como uma seção de "assuntos humanos" do Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Foi fundada em 1969, com o patrocínio de sir Peter Scott, então presidente da WWF, para oferecer financiamento para "ajudar os povos indígenas a proteger suas terras, seu meio ambiente e seu modo de vida", eufemismo para a criação de enclaves onde habitam os indígenas com autonomia sobre o solo e subsolo de seus "territórios" sobre os quais as nações onde se localizam exerceriam o que denominam "soberania limitada".A SI foi fundada visan-

Acervo ISA

do a criação da gigantesca reserva ianomâmi no Brasil e na Venezuela.

Em 1971, o antropólogo britânico Robin Hanbury-Tenison, então presidente da SI, empreendeu viagens exploratórias à América do Sul, cujos roteiros coincidiram com os eixos naturais de integração do subcontinente. Em seu livro *Worlds Apart*, o próprio Hanbury-Tenison apresenta um mapa onde demonstra esta preocupação e revela que a importância estratégica de seus roteiros lhe fora indicada pessoalmente pelo príncipe Philip.

Em 1976, a equipe da SI , encabeçada por Kenneth Taylor e pelo antropólogo Bruce Albert, foi expulsa do Brasil. Em 1980, Marcus Colchester, antropólogo britânico e colaborador da SI, publicou uma proposta para criar um parque em território venezuelano fronteiriço com o Brasil. Em 1985, a Organização dos Estados Americanos (OEA) instou o governo brasileiro a criar um parque Ianomâmi para preservar seus costumes e sua "cultura".

Em 1989, a SI levou o líder Ianomâmi Davi Kopenawa em uma turnê pela Europa, durante a qual recebeu uma enorme cobertura da imprensa internacional.

Defenda a Nação com a arma das idéias

Leia, assine e divulgue as publicações do
Movimento de Solidariedade Ibero-americana

Nome _____

End. _____

Cidade _____ **UF** _____ **CEP** _____

Tel.: _____ **E-mail** _____

( ) Assinatura anual de *Solidariedade Ibero-americana* - R$ 60,00

( ) Assinatura de apoio - R$ 80,00

( ) *O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América* - R$ 40,00

Opção de pagamento:

[ ] Cheque nominal ao Movimento de Solidariedade Ibero-americana.

[ ] Depósito bancário no Bradesco, em nome do MSIA, ag. 0445-6, c.c. 109.848-9.

Envie seu pedido e cheque ou comprovante de pagameto ao **MSIa**

REMETENTE

R. México, 31 s. 202 CEP 20031-144 – Rio de Janeiro – RJ telefax +(21) 2532-4086
Caixa Postal 5035 CEP 90041-970 – Porto Alegre – RS telefax: +(51) 3331-6164